

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS E IGUALDADE  
RACIAL**

**REQUERIMENTO n.º \_\_\_\_\_, de 2023**

**(Da Deputada Talíria Petrone)**

Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, Minoria e Igualdade Racial e Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Legislação Participativa e Desenvolvimento Sustentável para discutir sobre o Auxílio Emergencial para Situações de Emergência Decorrentes de Secas e Enchentes (AESE), a ser instituído pelo Projeto de Lei nº 83/2022.

Senhor presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública a fim de debater sobre o Auxílio Emergencial para Situações de Emergência Decorrentes de Secas e Enchentes (AESE), previsto no Projeto de Lei nº 83/2022. Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:

- 1) Representante da entidade Peregum - Instituto de Referência Negra
- 2) Representante da entidade Conectas Direitos Humanos;
- 3) Representante do Observatório do Clima;
- 4) Representante do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais/MCTI;
- 5) Representante da entidade Coalizão Negra por Direitos;
- 6) Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.



## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem enfrentado graves e recorrentes problemas com enchentes, inundações e secas em todas as regiões do país, com prejuízos sociais, ambientais e materiais em escalas difíceis de mensurar. Prejuízos esses que incidem de forma mais acentuada sobre os grupos que historicamente sofrem mais violações de direitos, ressaltando mais ainda as já grandes desigualdades que imperam no país. O mais recente relatório do **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas** alerta para alterações críticas nos padrões de chuvas no Brasil, especialmente na região central do país, devido à contínua devastação ambiental e aumento do aquecimento global. Grupos mais vulneráveis, como as mulheres em áreas de risco na periferia ou no campo, são os mais atingidos por esses desastres.

Os eventos climáticos hidrológicos extremos, como as secas e enchentes, desde algum tempo, deixaram de ser fenômenos de completa surpresa. As previsões meteorológicas com modelos de larga escala para períodos de meses até um ano, com previsões de curto período com precisão elevada e válidas para áreas mais restritas podem e devem auxiliar o planejamento administrativo, evitando mortes, risco, danos e prejuízos à população brasileira. Portanto, a tragédia humanitária que o país vive poderia ter sido demasiadamente mitigada caso houvesse planejamento e políticas públicas robustas para lidar com estes eventos, especialmente em um contexto de quatro anos de desmonte do Estado pelas políticas ecocidas do Governo Bolsonaro.

Nesse sentido, é necessário pensar em políticas públicas para a criação de um programa social a ser acionado todas as vezes que, infelizmente, cidadãos brasileiros e brasileiras forem afetados por danos e prejuízos em sua atividade econômica rural ou urbana, em que o Município decretou estado de calamidade pública ou estado de emergência decorrente de seca ou enchentes. Com isso, o Auxílio Emergencial para Situações de Emergência Decorrentes de Secas e Enchentes (AESE) tem como impacto esperado a garantia da compensação financeira que possibilite a sobrevivência e dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras de regiões impactadas por eventos climáticos extremos.

Portanto, peço que considerem a minha solicitação para a organização de uma audiência pública sobre o Auxílio Emergencial para Situações de Emergência Decorrentes de Secas e Enchentes (AESE). Ciente de que este é um debate importante e urgente, que pode contribuir para a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável no Brasil. Conto com o apoio dos nobres pares.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2023.

Deputada Talíria Petrone  
PSOL/RJ

